

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 05/04 – 16h

O Congresso Nacional se reúne em sessão solene para promulgar a PEC 18/2021, que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas. De iniciativa do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a proposição foi votada no Senado em julho do ano passado, quando o relatório do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) foi aprovado, e o texto seguiu para a Câmara.

Aprovada pelos deputados na última quarta-feira (30), a PEC 18/2021 introduz na Constituição regras de leis eleitorais determinando a aplicação de percentuais mínimos de recursos do fundo partidário nas campanhas de mulheres e em programas voltados à participação delas a política.

O texto também concede anistia aos partidos políticos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores de repasses por gênero e etnia em eleições ocorridas antes da promulgação da futura emenda constitucional. Essa anistia envolve sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão de repasses do fundo partidário.

SENADO FEDERAL

Plenário – 05 a 07/04 – Sessão deliberativa

Senado faz nesta semana esforço concentrado para a votação de autoridades, indicadas a cargos como diretores ou conselheiros do Banco Central, de agências reguladoras e do Conselho Nacional de Justiça. Serão 19 sabatinas, nas comissões de Relações Exteriores (CRE), de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

A partir de terça-feira, o Plenário deve começar a votar as indicações que forem analisadas pelas comissões. Também haverá sessões na quarta e na quinta-feiras. Entre os projetos que podem ser votados estão PLS 278/2016, que garante apoio aos estudantes com deficiência nas escolas, e o PL 634/2022, que proíbe o juiz de conceder guarda compartilhada ao pai ou à mãe investigados ou processados por crime contra criança ou adolescente ou por violência doméstica.

Vale ressaltar ainda que:

- Na terça-feira (5), às 16h, haverá sessão solene para promulgação da PEC 18/2021, que inclui na Constituição regras para candidaturas femininas.
- Na quinta-feira (7), às 10h, haverá sessão de debates temáticos para discutir o projeto de lei que tipifica mais condutas como atos terroristas (PLS 272/2016).

Ainda não consta na pauta da semana, mas poderá ser incluída na deliberativa do Plenário do Senado a PEC 63/2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências. Até o momento, já foram apresentadas 9 emendas à matéria, todavia, 4 ainda aguardam apoio dos senadores.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Comissão de Constituição e Justiça – 05/04 – 10h

Na CCJ, estão previstas as sabatinas de três indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um indicado para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para o CNJ, são previstas as seguintes sabatinas:

- Do advogado Marcello Terto e Silva na vaga indicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- De Marcos Vinícius Jardim Rodrigues também na vaga da OAB.
- Do juiz trabalhista Giovanni Olsson na vaga destinada ao TST.

A CCJ ainda vai sabatar o juiz Sérgio Pinto Martins, indicado para exercer o cargo de ministro no TST (MSG 11/2022).

Também há expectativa para a votação da PEC 110/2019, referente à reforma tributária, ainda não confirmada. A intenção é aproveitar o comparecimento presencial de maior parte dos senadores para a discussão e a deliberação da PEC na Comissão e, na sequência, no Plenário do Senado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 05 a 07/04 – Sessão deliberativa

Na primeira semana de abril, a Câmara dos Deputados pode votar a Medida Provisória (MP) 1076/2021, que institui um benefício extraordinário para complementar o valor do Auxílio Brasil até chegar a R\$ 400 por família. Inicialmente editada para o mês de dezembro de 2021, a MP dependia da aprovação pelo Congresso da PEC dos Precatórios para que o pagamento desse adicional pudesse ser estendido durante o ano de 2022.

Também na pauta está a MP 1075/2021, que muda as regras do Programa Universidade para Todos (Prouni), permitindo a oferta de bolsas pelas faculdades privadas participantes a alunos vindos de escolas particulares sem bolsa.

O relator do projeto de lei que trata do combate às fake news (PL 2630/2020 e apensados), deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), apresentou nova versão do texto na semana passada. Ainda de acordo com o relator, a expectativa é que o requerimento de urgência para a matéria seja apreciado nesta semana. Vale ressaltar que o requerimento ainda não consta na pauta deliberativa do Plenário. Para acessar o texto divulgado pelo relator, [clique aqui](#).

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.